UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO
PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES CAMINHOS DO SERTÃO
CURSO DE GEOGRAFIA LICENCIATURA

CÍCERO VIEIRA DE MEDEIROS

A IMPORTÂNCIA DO COCO BABAÇU NA ECONOMIA DA AMAZÔNIA MARANHENSE

ITINGA DO MARANHÃO MA.
2026

CÍCERO VIEIRA DE MEDEIROS

A IMPORTÂNCIA DO COCO BABAÇU NA ECONOMIA DA AMAZÔNIA MARANHENSE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Geografia Licenciatura, do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão, da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL, como requisito para obtenção de título de Licenciado em Geografia
Orientador: José Geraldo Pimentel Neto

Itinga do Maranhão
2026

M488i

Medeiros, Cícero Vieira

A importância do coco babaçu na economia da Amazônia Maranhense. / Cícero Vieira Medeiros. – Itinga do Maranhão, MA, 2026.

25 f.; il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão – Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, Imperatriz, MA, 2026.

1. Babaçu. 2. Extrativismo. 3. Quebradeiras de coco.4. Amazônia Maranhense. 5. Território I. Título.

CDU 91

Ficha elaborada pelo Bibliotecário: **Kacio Micael Oliveira Vidal CRB – 13/988**

CÍCERO VIEIRA DE MEDEIROS

A IMPORTÂCIA DO COCO BABAÇU NA ECONOMIA DA AMAZÔNIA MARANHENSE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Geografia Licenciatura, do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão, da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL, como requisito para obtenção de título de Licenciado em Geografia.

Orientador: José Geraldo Pimentel Neto

APROVADO EM: 04/06/2026

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
gov.br
JOSE GERALDO PIMENTEL NETO
Data: 10/06/2026 16:41:51-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Dr. José Geraldo Pimentel Neto (orientador)
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão- UEMASUL

Documento assinado digitalmente
gov.br
PAULO ALVES SILVA FILHO
Data: 10/06/2026 16:46:18-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Me. Paulo Alves Silva Filho (examinador)
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão-UEMASUL

Documento assinado digitalmente
gov.br
KEILHA CORREIA DA SILVEIRA
Data: 10/06/2026 16:51:09-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Dra. Keilha Correia da Silveira (examinadora)
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão-UEMASUL

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente a Deus e minha esposa Cléuma que foi que acreditou em mim, fazendo minha matrícula e meus netos que foi meu maior incentivo.

O professor Rilvando e sua esposa Carla que mesmo sem me conhecer foi muito importante para que eu mesmo depois dos 50 anos de idade, fizesse minha matrícula, sempre trabalhei com o intuito de nunca envergonhar quem acreditou em mim. Gratidão à toda reitoria da UEMASUL, em especial dona Luciléia que com seu trabalho sempre honrou nossa turma de geografia.

Professora Elza que sempre nos recebeu como se fossemos da família, isso só mostra a grande profissional que ela é.

Agradeço a equipe do MIQCB Movimento Interestadual das Quebradeira de Coco Babaçu que ofereceu apoio institucional, transporte e toda a estrutura necessária de segurança para a realização deste trabalho.

Grato a Reserva Extrativista do Ciríaco, no município de Cidelândia no sudoeste do estado do Maranhão, sob a gestão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Na pessoa do senhor Antônio e dona Josélia, que me recebeu em sua residência com alegria, fazendo demonstração de como quebrar o coco babaçu, e me ensinou a comer gongo retirado do coco. Agradeço minha turma de geografia que ao longo desses quatros anos nos tornamos uma família inseparável, em especial meu grupo de seminário, Luana, Lucas e o mestre João Paulo, que mi deram a maior força mesmo sem ter experiência com seminário eles mi suportaram. E nas horas difícil sempre recorria ao professor Jairo e o professor Cosmo Osias que sempre estava disposto a mi ajudar.

Obrigado a todos. Gratidão sempre.

RESUMO

O coco babaçu possui importante papel econômico, social e ambiental na Amazônia maranhense, sendo fonte complementar de renda para diversas comunidades tradicionais. Além de sua relevância econômica, o extrativismo está diretamente associado à identidade cultural das quebradeiras de coco e ao uso tradicional dos recursos naturais. O processo produtivo envolve práticas manuais de coleta, transporte e beneficiamento, baseadas em conhecimentos transmitidos entre gerações. Apesar de sua importância, a atividade enfrenta desafios relacionados à desvalorização comercial, à precariedade da infraestrutura, ao acesso limitado aos mercados e aos conflitos territoriais provocados pela expansão da pecuária e pela restrição de acesso aos babaçuais. Nesse contexto, destaca-se a atuação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu na defesa dos direitos sociais, ambientais e territoriais dessas populações. Conclui-se que o fortalecimento de políticas públicas, da organização comunitária e de práticas sustentáveis é fundamental para a valorização do extrativismo e para a preservação dos babaçuais.

Palavras-chave: babaçu; extrativismo; quebradeiras de coco; Amazônia maranhense; território.

ABSTRACT

Maranhão, serving as a complementary source of income for several traditional communities. In addition to its economic relevance, extractivism is directly associated with the cultural identity of women babassu breakers and the traditional use of natural resources. The production process involves manual practices of collection, transportation and processing based on knowledge transmitted across generations. Despite its importance, the activity faces challenges related to commercial devaluation, precarious infrastructure, limited market access and territorial conflicts caused by livestock expansion and restricted access to babassu groves. In this context, the Interstate Movement of Babassu Coconut Breakers stands out in defending the social, environmental and territorial rights of these populations. It is concluded that strengthening public policies, community organization and sustainable practices is essential for valuing extractivism and preserving babassu groves.

Keywords: babassu; extractivism; women coconut breakers; Maranhão Amazon; territory.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 7
2 METODOLOGIA..... 10
2.1 Levantamento bibliográfico e definição do referencial de análise..... 11
2.2 Trabalho de campo e observação direta da realidade estudada..... 11
2.3 Sistematização e interpretação dos dados..... 12
2.4 Experiência do pesquisador como elemento de aproximação analítica. 12
3 COCO BABAÇU NO MARANHÃO: IDENTIDADE CULTURAL E CONFLITOS TERRITORIAIS..... 12
4 O CASO DA RESERVA DO CIRÍACO..... 16
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 19
REFERÊNCIAS..... 21

1 INTRODUÇÃO

A palmeira do babaçu ocupa posição de destaque na formação socioeconômica e ambiental do estado do Maranhão, especialmente nas áreas inseridas na Amazônia maranhense (figura 1) , onde sua presença se articula diretamente aos modos de vida de populações tradicionais que historicamente dependem do extrativismo vegetal como estratégia de subsistência e reprodução social. Mais do que um recurso natural, o babaçu constitui elemento estruturante da paisagem regional e integra processos históricos de ocupação do território, organização do trabalho e construção de identidades coletivas. A associação simbólica entre o Maranhão e as palmeiras encontra expressão ainda no século XIX, quando Gonçalves Dias, em Canção do Exílio, consagrou poeticamente a imagem da “terra das palmeiras”, representação que permanece presente no imaginário cultural e político do estado.

Figura 1 – Amazônia Maranhense

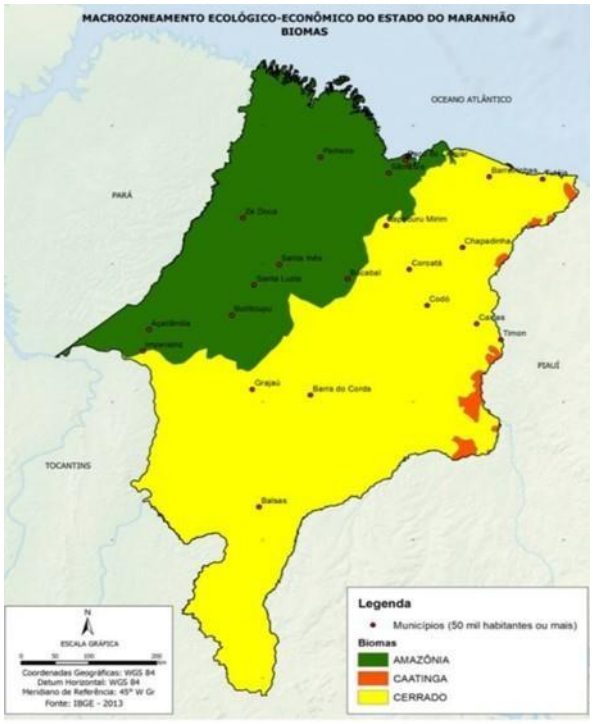


Foto: Embrapa (2013)

No contexto maranhense, o coco babaçu assume importância singular por permitir o aproveitamento integral de seus derivados, empregados na produção de

óleo, azeite, carvão vegetal, farinha de mesocarpo, sabão e diversos outros produtos destinados tanto ao consumo doméstico quanto à comercialização em mercados locais. Essa multiplicidade de usos confere à atividade extrativista relevante papel econômico, sobretudo em comunidades rurais onde a renda familiar depende de atividades complementares e de baixa mecanização.

Conforme assinala Lorenzi (2010), a palmeira pode atingir entre dez e trinta metros de altura, iniciando sua frutificação em torno do oitavo ano de vida e alcançando plena capacidade produtiva após aproximadamente quinze anos, o que evidencia sua importância ecológica e produtiva em médio e longo prazo. Segundo Carrazza e Silva (2012), o período de florescimento concentra-se entre janeiro e abril, enquanto a maturação dos frutos ocorre entre agosto e dezembro, com cachos capazes de produzir centenas de cocos por ciclo reprodutivo.

Embora a exploração do babaçu represente importante fonte de renda complementar para milhares de famílias, a atividade permanece marcada por fragilidades estruturais que limitam sua plena valorização econômica. A precariedade da infraestrutura rural, as dificuldades de acesso aos centros de comercialização, a limitada inserção em cadeias produtivas de maior valor agregado e a ausência de incentivos permanentes por parte do poder público contribuem para a manutenção de baixos níveis de rentabilidade. Em muitos casos, a produção permanece voltada prioritariamente ao autoconsumo ou à comercialização em pequena escala, sem que os grupos extrativistas consigam ampliar sua participação nos mercados regionais.

As quebradeiras de coco babaçu, majoritariamente mulheres, ocupam posição central nesse processo produtivo e constituem um dos principais sujeitos sociais envolvidos na manutenção dessa atividade tradicional. Além da coleta e do beneficiamento do fruto, essas trabalhadoras acumulam conhecimentos específicos sobre manejo, sazonalidade, conservação dos babaçuais e formas de aproveitamento integral da palmeira. Oliveira (2019) destaca que o trabalho das quebradeiras ultrapassa a dimensão produtiva, assumindo caráter social, político e cultural, na medida em que fortalece redes de solidariedade comunitária e reafirma o protagonismo feminino em espaços historicamente marcados por desigualdades de gênero.

O processo de coleta e beneficiamento do babaçu permanece fortemente baseado em técnicas tradicionais transmitidas entre gerações. A coleta dos frutos

ocorre, em grande parte, de forma manual, frequentemente a pé ou com auxílio de animais de carga, utilizando recipientes artesanais como jacás e pacarás. Em algumas localidades, observa-se o uso crescente de motocicletas como meio auxiliar de transporte, embora o trabalho continue intensivo e dependente do esforço físico das famílias envolvidas.

Após a coleta, os cocos são geralmente armazenados nos quintais das residências para secagem, etapa considerada fundamental para facilitar a quebra manual e a retirada das amêndoas. Esse processo, realizado com machado, cunha ou macete, demanda habilidade prática adquirida ao longo do tempo e varia conforme a experiência das trabalhadoras e as condições do fruto.

A relevância econômica do babaçu, contudo, convive com intensos conflitos territoriais. A expansão da pecuária extensiva, o avanço do agronegócio, a implantação de monoculturas e o desmatamento de áreas tradicionalmente utilizadas pelas comunidades extrativistas têm reduzido significativamente os espaços de ocorrência dos babaçuais.

Almeida (2025) observa que a conversão de áreas vegetadas em pastagens compromete não apenas a cobertura vegetal, mas também as bases materiais de reprodução social de grupos que dependem diretamente do extrativismo. Em diversas regiões do Maranhão, o acesso aos babaçuais passou a ser restringido por cercamentos privados, imposição de barreiras físicas e conflitos fundiários recorrentes.

Nesse cenário, a legislação relacionada ao chamado “Babaçu Livre” representa importante instrumento jurídico de defesa do acesso aos babaçuais. Atualmente, existem leis estaduais em Maranhão, Piauí e Tocantins, além de legislações municipais em diversas localidades, destinadas a assegurar o direito de coleta em determinadas áreas e impedir a derrubada indiscriminada das palmeiras. Apesar desses avanços normativos, sua efetividade ainda encontra obstáculos práticos, sobretudo em áreas privadas onde persistem disputas territoriais e dificuldades de fiscalização.

A Reserva Extrativista do Ciríaco, situada no município de Cidelândia, sudoeste maranhense, constitui referência importante no debate sobre conservação ambiental e proteção dos modos de vida tradicionais. Sob gestão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a unidade de conservação

assegura condições para o uso sustentável dos recursos naturais e preserva práticas historicamente vinculadas ao extrativismo do babaçu.

Conforme Porro (2002), a palmeira é frequentemente reconhecida pelas comunidades como elemento de sustento e proteção, sendo associada à segurança alimentar, à geração de renda e à manutenção da vida coletiva.

Além de sua dimensão econômica, o babaçu adquire centralidade política por meio da atuação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), organização que articula reivindicações em defesa do livre acesso aos babaçuais, da valorização do trabalho feminino e da proteção dos territórios tradicionais. A mobilização dessas mulheres tem contribuído para ampliar a visibilidade nacional dos conflitos vivenciados pelas comunidades extrativistas e fortalecer a defesa de direitos sociais e ambientais.

Diante desse contexto, o presente estudo analisa a importância do coco babaçu na economia da Amazônia maranhense, considerando sua relevância econômica, ambiental, social e territorial. Busca-se compreender como a atividade extrativista permanece fundamental para a reprodução das comunidades tradicionais, ao mesmo tempo em que enfrenta desafios decorrentes da reconfiguração do uso da terra, das limitações estruturais e das disputas em torno do acesso aos recursos naturais.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como descritiva, de abordagem qualitativa, fundamentada na articulação entre levantamento bibliográfico, observação direta em campo e diálogos informais realizados em comunidades inseridas no contexto do extrativismo do coco babaçu na Amazônia maranhense. A escolha por essa abordagem decorre da necessidade de compreender o fenômeno estudado em sua dimensão social, territorial e cultural, considerando a experiência cotidiana das populações que mantêm relação direta com os babaçuais.

O percurso metodológico foi desenvolvido em etapas complementares, organizadas de modo a possibilitar a construção gradual das informações e sua interpretação à luz da realidade observada.

2.1 Levantamento bibliográfico e definição do referencial de análise

A etapa inicial consistiu no levantamento de bibliografia relacionada ao extrativismo do babaçu, às dinâmicas territoriais no Maranhão, às formas de organização das quebradeiras de coco e às legislações voltadas ao acesso aos babaçuais. Foram consultados livros, artigos científicos, dissertações, documentos institucionais e legislações pertinentes ao tema.

Essa fase teve como finalidade construir o suporte teórico necessário para compreender a importância econômica e social do babaçu, bem como identificar os principais debates acadêmicos sobre conflitos fundiários, conservação ambiental e uso tradicional dos recursos naturais.

2.2 Trabalho de campo e observação direta da realidade estudada

A segunda etapa correspondeu ao trabalho de campo, realizado em áreas de ocorrência de babaçuais no estado do Maranhão, com destaque para a Reserva Extrativista do Ciríaco, localizada no município de Cidelândia.

O campo foi conduzido a partir da observação direta das práticas cotidianas relacionadas à coleta, transporte, quebra e beneficiamento do coco babaçu, buscando compreender a organização do trabalho e as relações estabelecidas entre população local e território.

A observação concentrou-se também na identificação das condições ambientais da área, na forma de ocupação do espaço e nos elementos que evidenciam transformações recentes provocadas pela expansão de atividades agropecuárias. Durante as visitas de campo, foram realizados diálogos informais com moradoras e trabalhadores vinculados ao extrativismo, especialmente quebradeiras de coco babaçu.

Optou-se por esse procedimento metodológico por permitir maior espontaneidade nas falas e por favorecer a compreensão dos saberes construídos no cotidiano, sem a necessidade de aplicação de instrumentos rígidos de entrevista.

As informações obtidas foram incorporadas como parte da leitura qualitativa da localidade, valorizando percepções sobre dificuldades de acesso aos babaçuais, mudanças no uso da terra, formas de manejo e experiências relacionadas ao trabalho extrativista.

A realização das atividades de campo foi viabilizada por meio de apoio logístico local, fundamental para o deslocamento até as áreas de estudo e para a permanência nos espaços observados durante o período de investigação. Esse suporte contribuiu para o acesso às áreas rurais e aos territórios onde se desenvolvem as práticas extrativistas analisadas, especialmente em locais com limitações de mobilidade e infraestrutura.

A presença de articulações locais previamente estabelecidas favoreceu a circulação no território e a identificação dos espaços mais representativos para observação das dinâmicas produtivas e territoriais relacionadas ao extrativismo do babaçu. Tal condição permitiu melhor reconhecimento da área estudada, contribuindo para a compreensão das práticas cotidianas, da organização espacial e das condições materiais associadas à atividade.

No âmbito metodológico, esse apoio teve caráter exclusivamente operacional, possibilitando a execução das observações de campo e o registro das características ambientais e produtivas relevantes à pesquisa, sem interferir na condução analítica dos dados obtidos. Dessa forma, o acesso ao campo ocorreu de maneira compatível com os objetivos da investigação, assegurando condições adequadas para a descrição e interpretação dos fenômenos observados.

2.3 Sistematização e interpretação dos dados

Após a realização do campo, as informações obtidas foram organizadas e interpretadas em diálogo com a bibliografia consultada. A análise buscou relacionar os dados observados à discussão sobre extrativismo, conflitos territoriais, preservação ambiental e organização social das quebradeiras de coco babaçu.

2.4 Experiência do pesquisador como elemento de aproximação analítica

A vivência do pesquisador em áreas da Baixada Maranhense também constituiu elemento relevante para a construção do estudo, uma vez que permitiu maior sensibilidade na interpretação das condições de trabalho e das dificuldades historicamente associadas ao extrativismo do babaçu.

Essa experiência contribuiu para ampliar a compreensão sobre aspectos sociais que, muitas vezes, não aparecem integralmente em registros formais, mas se manifestam nas práticas cotidianas observadas ao longo do processo de pesquisa.

3 COCO BABAÇU NO MARANHÃO: IDENTIDADE CULTURAL E CONFLITOS TERRITORIAIS

A imagem do Maranhão como “terra das palmeiras” encontra fundamento não apenas na representação literária consagrada por Gonçalves Dias, em *Canção do Exílio*, mas também na centralidade histórica que diferentes espécies vegetais assumem na formação social e territorial do estado.

Entre essas espécies, a palmeira do babaçu ocupa posição singular, tanto por sua ampla distribuição espacial quanto por sua profunda inserção no cotidiano econômico e cultural de numerosas comunidades rurais. Conforme observa Barros (2007), mesmo quando analisados sob perspectiva econômica, os babaçuais permanecem associados a representações simbólicas que vinculam natureza, pertencimento e identidade regional.

No contexto da Amazônia maranhense, o extrativismo do coco babaçu mantém-se como atividade fundamental para a reprodução material de famílias que articulam múltiplas estratégias de sobrevivência no espaço rural. Em grande parte dos casos, entretanto, essa atividade não constitui fonte exclusiva de renda, mas complemento econômico indispensável para grupos familiares que associam o extrativismo a outras práticas agrícolas, pesqueiras ou de trabalho eventual. Tal condição evidencia o caráter estruturalmente vulnerável da atividade, sobretudo diante das limitações impostas pela baixa valorização comercial do produto e pela oscilação dos mercados compradores.

A produção resultante da quebra do coco é frequentemente destinada ao autoconsumo, especialmente em famílias cuja renda monetária é insuficiente para suprir integralmente as necessidades domésticas. Ainda assim, o extrativismo do babaçu permanece economicamente relevante por permitir circulação de pequenas receitas e por reduzir custos associados à aquisição de determinados produtos básicos. Siena et al. (2012) assinalam que, nas últimas décadas, o extrativismo deixou de ser compreendido apenas como prática de subsistência e passou a

integrar debates sobre desenvolvimento sustentável, geração de renda e conservação ambiental.

Sob essa perspectiva, os produtos florestais não madeireiros passaram a ocupar posição estratégica em políticas voltadas à valorização de economias locais, especialmente em áreas onde os recursos naturais mantêm forte vínculo com os modos tradicionais de uso da terra. Carvalho (2005) destaca que, quando realizado de forma sustentável, o extrativismo contribui simultaneamente para a manutenção da cobertura vegetal, proteção dos recursos hídricos e fortalecimento das economias familiares.

Apesar desse potencial, a cadeia produtiva do babaçu enfrenta limitações significativas. A concorrência com produtos industrializados e importados, a ausência de incentivos estruturais, a reduzida inserção em mercados de maior escala e a insuficiente valorização de seus derivados dificultam a consolidação econômica da atividade. Lima, Caselli e Silva (2015) apontam que grande parte das quebradeiras de coco reside em áreas rurais de difícil acesso, onde a precariedade das condições de transporte, comunicação e infraestrutura compromete tanto a produção quanto a comercialização.

A limitação de acesso à informação também constitui obstáculo relevante, especialmente quando associada ao baixo nível de escolaridade predominante entre parte das trabalhadoras envolvidas no extrativismo. Gouveia (2015) observa que a dificuldade de inserção em redes comerciais mais amplas impede maior valorização de derivados do babaçu, embora esses produtos apresentem características sustentáveis e potencial competitivo em mercados especializados.

Um artigo publicado em 1953 pelo jornalista e literato Odylo Costa Filho constitui uma exceção ao apontar que a população que vivia dos babaçuais figurava entre as mais miseráveis do Brasil. Ao descrever as condições precárias de vida dos camponeses, o autor ressalta que o babaçu havia deixado de ser uma das principais fontes de alimentação do maranhense, passando a configurar-se como mercadoria, geradora de riqueza concentrada nas mãos de comerciantes, grandes proprietários de terras e negociantes do estado.

O mesmo texto assinala que o caboclo, termo comumente utilizado para designar o homem do campo, “sem motivos de apego à terra, que não possui, está sempre em trânsito, pronto a se evadir para outras regiões, fugindo da floresta agressiva, onde sua fixação é dificultada pela própria legislação, que protege o

vegetal e não o homem” (Costa Filho, 1953). Observa-se que, embora caracterize o homem do campo como nômade, em consonância com setores dominantes capitalistas interessados na economia do babaçu, Costa Filho (1953) demonstra sensibilidade ao evidenciar o intenso processo de exclusão dos agentes sociais diretamente envolvidos com essa atividade.

Nesse sentido, o autor sugere que a mobilidade dos camponeses não decorre de uma disposição intrínseca, mas das precárias condições de vida a que estão submetidos, bem como da negligência dos investidores e do Estado em relação a esses sujeitos. No plano do trabalho cotidiano, o manejo do babaçu permanece fortemente vinculado a práticas tradicionais transmitidas entre gerações. Independentemente da distância até as áreas de coleta, o deslocamento é realizado, em grande parte, a pé ou com auxílio de animais de carga. Em muitos casos, os frutos são inicialmente reunidos em pontos próximos às trilhas ou estradas e posteriormente transportados em jacás fixados à cangalha dos animais. Quando os cocos ainda se encontram dispersos, utiliza-se o pacará, pequeno cesto empregado na coleta manual.

Mais recentemente, algumas famílias passaram a incorporar motocicletas ao processo de transporte, o que evidencia adaptações pontuais no interior de uma atividade ainda predominantemente manual. A coleta costuma ocorrer ao menos duas vezes por safra, buscando recolher frutos que não haviam se desprendido dos cachos em momentos anteriores.

Nos municípios do Médio Mearim, como Pedreiras e Lago do Junco, observa-se predominância da quebra do coco no espaço doméstico. Após a coleta, os frutos são armazenados nos quintais por alguns dias, permitindo redução da umidade e facilitando a retirada das amêndoas. A quebra manual é realizada com machado, cunha ou macete, exigindo técnica apurada e resistência física, uma vez que o rendimento depende diretamente da experiência acumulada pelas trabalhadoras e das condições do fruto.

A permanência dessa atividade tradicional, contudo, ocorre em meio a profundas transformações territoriais. A expansão da pecuária, o cercamento de áreas tradicionalmente utilizadas para coleta e o avanço de monoculturas têm reduzido significativamente o acesso aos babaçuais. Em diversas localidades, a chamada Lei do Babaçu Livre busca assegurar o direito de circulação e coleta em

determinadas áreas, embora sua aplicação permaneça limitada diante dos conflitos fundiários existentes.

Além da proteção legal, recomenda-se a manutenção de densidades mínimas de palmeiras e a conservação de pindobas, fundamentais para assegurar a regeneração natural dos babaçuais e ampliar a produtividade futura. Essas práticas integram formas tradicionais de manejo associadas à permanência das comunidades no território.

A mobilização social em torno da defesa dos babaçuais ganhou maior expressão a partir da criação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), surgido em meio a conflitos agrários e à necessidade de garantir acesso aos recursos naturais. Conforme Rêgo e Andrade (2006), a própria criação do Instituto Estadual do Babaçu, em 1979, já indicava a importância econômica atribuída ao aproveitamento integral do coco.

Entretanto, foi a partir da articulação das próprias quebradeiras que a pauta política ganhou maior densidade. O primeiro Encontro Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu, realizado em 1991, em São Luís, representou marco fundamental na construção de uma agenda própria de reivindicações. Nos anos seguintes, consolidaram-se pautas voltadas ao livre acesso aos babaçuais, à reforma agrária e à valorização do trabalho feminino, processo analisado por Ayres Júnior (2007) e Barbosa (2013).

No Maranhão, o MIQCB mantém atuação estratégica em diferentes regiões do estado, articulando debates sobre gênero, território e justiça social. Sua presença fortalece a visibilidade das demandas das quebradeiras e amplia a capacidade de resistência diante de processos de expulsão territorial, cercamentos e violências praticadas em áreas privadas.

Mesmo após avanços legislativos, persistem registros de agressões físicas, ameaças e restrições ao acesso aos babaçuais. Em diversas situações, quebradeiras foram impedidas de coletar cocos em áreas tradicionalmente utilizadas por suas famílias, revelando a permanência de tensões estruturais entre propriedade privada e uso tradicional dos recursos naturais.

Diante desse quadro, torna-se evidente que a cadeia produtiva do babaçu ainda depende do fortalecimento de cooperativas, associações comunitárias e formas locais de autogestão. Parreiras (2007) ressalta que empreendimento solidários podem ampliar a capacidade produtiva e comercial das famílias

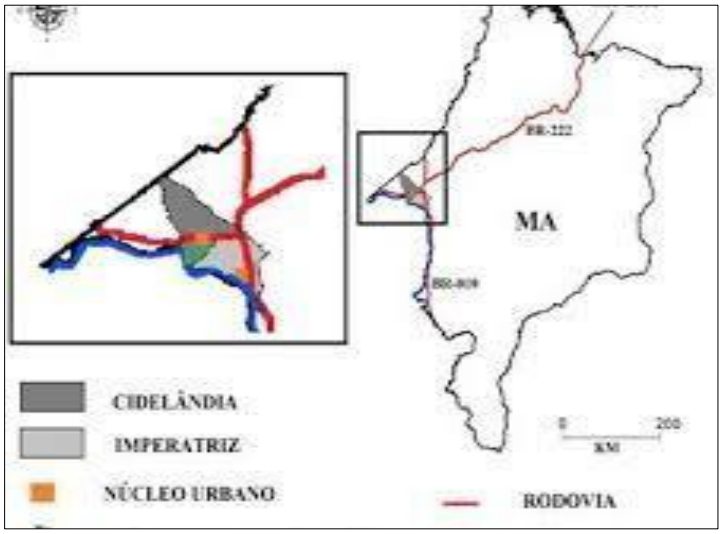
extrativistas, enquanto Balzon, Silva e Santos (2004) indicam que dificuldades logísticas e de gestão permanecem entre os principais obstáculos.

Nessa perspectiva, a valorização do extrativismo exige não apenas apoio econômico, mas também reconhecimento político e territorial das populações que historicamente preservam os babaçuais. Conforme propõe Morin (2013), formas sustentáveis de organização social dependem da capacidade coletiva de construir autonomia e reduzir dependências estruturais impostas por modelos econômicos excludentes.

4 O CASO DA RESERVA DO CIRÍACO

A Reserva Extrativista do Ciríaco (figura 2) constitui uma das principais referências de proteção territorial e uso sustentável dos recursos naturais no sudoeste maranhense. Criada por Decreto Presidencial em 20 de maio de 1992 e posteriormente ampliada por meio do Decreto de 17 de junho de 2010, a unidade de conservação abrange uma área de 8.106,75 hectares no município de Cidelândia, inserindo-se em uma região marcada por intensas transformações no uso da terra e por disputas em torno do acesso aos recursos naturais.

Figura 1 – Reserva extrativista do Ciríaco



Fonte: Oliveira, (2017)

Sua criação atendeu à necessidade de assegurar condições mínimas de permanência das populações tradicionais em territórios historicamente vinculados ao

extrativismo vegetal, especialmente à exploração do coco babaçu. A relevância da Reserva Extrativista do Ciríaco ultrapassa sua dimensão ambiental, uma vez que ela se configura também como espaço de reprodução social, cultural e econômica de grupos que mantêm relação direta com a floresta e com os recursos extraídos de forma tradicional. Nesse território, a exploração do babaçu permanece articulada à atuação da Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Reserva Extrativista do Ciríaco (ATARECO), organização que desempenha papel importante na mediação das atividades produtivas locais e na defesa dos interesses coletivos das famílias residentes.

Entretanto, mesmo em uma área legalmente protegida, persistem tensões associadas ao uso inadequado dos recursos naturais. A coleta não seletiva do coco destinada à produção de carvão vegetal tem provocado impactos significativos sobre a regeneração dos babaçuais, sobretudo quando realizada sem observância de práticas de manejo que garantam a permanência das palmeiras jovens e a reposição natural da vegetação. Esse processo contribui para o enfraquecimento gradual da capacidade produtiva da área e evidencia contradições entre conservação legal e práticas econômicas desenvolvidas no interior da reserva.

Além dos efeitos ambientais, a intensificação da produção de carvão e a pressão exercida por atividades econômicas externas têm repercutido diretamente sobre a organização social das comunidades. Ressalta-se que esse procedimento tende a assumir proporções com repercussões potencialmente desastrosas para as indústrias de óleo, para as quebradeiras de coco e para o próprio Estado. Isso se deve ao fato de que a transformação do coco inteiro em carvão não agrega valor ao produto, implicando o desperdício integral do óleo e do amido presentes no mesocarpo.

Para dimensionar a magnitude do problema, estima-se que, para cada tonelada de carvão obtida a partir do coco inteiro, sejam desperdiçados aproximadamente 105 kg de óleo e 600 kg de amido do mesocarpo. Quando essa projeção é realizada com o objetivo de atender à demanda desse mercado, observa-se que tais valores se tornam ainda mais expressivos. (Embrapa, 2005).

Em diversos casos, quebradeiras de coco foram deslocadas para áreas periféricas dos povoados ou para zonas urbanas próximas, em razão da redução das áreas tradicionalmente utilizadas para coleta, muitas delas convertidas em extensas plantações de eucalipto destinadas ao abastecimento industrial.

A substituição de áreas de babaçuais por monoculturas florestais tem alterado profundamente os modos de vida locais. Mulheres anteriormente vinculadas ao extrativismo passaram a integrar relações de trabalho assalariado em empresas terceirizadas ligadas ao setor industrial, desempenhando atividades sazonais como limpeza de áreas, plantio e manutenção de mudas. Essa mudança representa não apenas reconfiguração econômica, mas também alteração significativa das relações históricas de autonomia construídas em torno do extrativismo do babaçu.

Conforme relatado durante as atividades de campo, tais transformações têm repercutido sobre a vida cotidiana de quebradeiras de coco, camponeses, assentados e ribeirinhos, produzindo situações de insegurança econômica e fragilização territorial. Embora parte dessas iniciativas seja apresentada sob o argumento da geração de oportunidades produtivas, seus efeitos revelam processos de desestruturação de práticas tradicionais que historicamente sustentaram a permanência dessas populações no território.

Em determinados momentos, empresas vinculadas ao setor industrial estabeleceram compromissos formais com grupos locais, como a instalação de pequenas unidades de beneficiamento de óleo de babaçu e o apoio à formalização de associações comunitárias. No povoado Petrolina, por exemplo, ocorreram ações voltadas à organização de grupos de quebradeiras e à autorização de coleta em áreas privadas. Todavia, tais experiências permanecem pontuais e inserem-se em estratégias econômicas mais amplas, nas quais os interesses empresariais frequentemente condicionam os termos da relação estabelecida com as comunidades.

A importância socioambiental da Reserva Extrativista do Ciríaco, manifesta-se na proteção simultânea dos recursos naturais e dos modos de vida tradicionais. A permanência da flora e da fauna locais depende diretamente da continuidade de práticas sustentáveis de manejo, especialmente no caso do babaçu, cuja exploração está vinculada a formas tradicionais de uso da floresta. Nesse contexto, a organização comunitária por meio da ATARECO contribui para fortalecer iniciativas produtivas baseadas no aproveitamento integral do fruto, gerando derivados destinados tanto ao consumo local quanto à comercialização.

Entre os produtos elaborados pelas comunidades destacam-se o azeite, o sabão, a farinha de mesocarpo e o carvão vegetal, atividades que mantêm importância econômica local e reforçam o vínculo entre trabalho extrativista e

permanência territorial. Caselli et al. (2018) destacam que o extrativismo do babaçu permanece como uma das principais atividades de geração complementar de renda em áreas rurais do Nordeste brasileiro, especialmente entre grupos familiares cuja base produtiva depende da diversificação econômica

A extração das amêndoas e a produção de óleo continuam sendo práticas centrais na economia doméstica de muitas famílias residentes na reserva. O óleo obtido apresenta múltiplas aplicações, sendo utilizado em segmentos cosméticos, farmacêuticos e alimentícios. Além de seu valor comercial, essa atividade representa importante mecanismo de conservação ambiental, pois associa o uso econômico à manutenção da cobertura vegetal e à permanência das famílias no território.

Sob essa perspectiva, a gestão comunitária da reserva adquiriu relevância estratégica, pois permite que os próprios moradores participem diretamente dos processos de conservação e uso dos recursos naturais. Essa dinâmica reforça a ideia de que unidades de conservação extrativistas não devem ser compreendidas apenas como instrumentos de proteção ambiental, mas também como espaços de produção social, defesa territorial e construção de alternativas econômicas compatíveis com as realidades locais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste estudo evidencia que o extrativismo do coco babaçu permanece como atividade de grande relevância econômica, social, cultural e ambiental para diferentes comunidades da Amazônia maranhense. Embora frequentemente associado à complementação de renda, seu significado ultrapassa as dimensões econômicas imediata, pois está profundamente ligado à permanência de saberes tradicionais, à organização comunitária e à manutenção de formas específicas de relação com o território.

No estado do Maranhão, a ausência de instrumentos normativos mais específicos voltados ao manejo de produtos florestais não madeireiros ainda representa importante lacuna institucional. Essa limitação reforça a necessidade de formulação de políticas públicas capazes de integrar o conhecimento técnico e os saberes construídos historicamente pelas populações extrativistas.

Nesse contexto, as boas práticas de manejo dos babaçuais tornam-se fundamentais para assegurar a continuidade produtiva e ecológica da atividade. Seja

em áreas de pastagens, em sistemas agrícolas tradicionais ou em unidades de conservação, a manutenção de densidade adequada de palmeiras, a preservação de pindobas e o controle sobre formas predatórias de exploração constituem medidas essenciais para a sustentabilidade dos babaçuais.

A elaboração de planos de manejo florestal voltados à palmeira do babaçu deve considerar não apenas aspectos técnicos de produtividades, armazenamentos e beneficiamentos, mas também a realidade social das populações envolvidas. Trata-se de reconhecer que o uso sustentável desses recursos depende da articulação entre conservação ambiental, fortalecimento econômico e valorização cultural.

A experiência observada na Reserva Extrativista do Ciríaco demonstra que o extrativismo, quando associado à organização comunitária e ao uso responsável dos recursos naturais, pode constituir alternativa concreta de desenvolvimento local. Ao mesmo tempo, os conflitos territoriais identificados revelam que a permanência dessas práticas depende de maior proteção jurídica e de políticas públicas capazes de assegurar o direito de acesso aos babaçuais.

É evidente que o maior acesso à educação, aliado às condições de trabalho árduas e, muitas vezes, precárias enfrentadas pelas quebradeiras de coco babaçu, tem contribuído para a redução da participação das novas gerações nesse movimento, especialmente na Amazônia Maranhense. Nesse contexto, muitos pais não desejam que seus filhos reproduzam esse modo de vida, buscando para eles outras oportunidades profissionais e educacionais.

Observa-se, ainda, que a continuidade desse movimento social e econômico depende da implementação de políticas públicas efetivas e de maior apoio governamental. Sem incentivos que fortaleçam a atividade e garantam melhores condições de trabalho e geração de renda, o movimento das quebradeiras de coco babaçu corre o risco de desaparecer em diversas comunidades.

Dessa forma, conclui-se que a valorização do extrativismo do babaçu exige reconhecimento institucional, fortalecimento das organizações locais e ampliação das oportunidades de inserção econômica, sem ruptura com os modos tradicionais de uso da floresta. A defesa dos babaçuais representa, portanto, não apenas uma

questão ambiental, mas também uma dimensão central da justiça social e territorial no Maranhão.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Ronaldo Ribeiro et al. **Implantação das trilhas ecológicas e disseminação da educação ambiental através do ecoturismo**. 2025.

ARAÚJO, E. C. Emérito; ARAÚJO, E. C. E. **Estado da arte e potencial do babaçu para a agroenergia**. 2008.

ATARECO – **Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Reserva Extrativista de Ciríaco**. 2017.

AYRES JÚNIOR, José Costa. **As quebradeiras de coco babaçu e a reorganização do espaço agrário maranhense**. 2007.

BALZON, Dalva; SILVA, José de Ribamar; SANTOS, Maria do Socorro. **Cadeias produtivas extrativistas e desenvolvimento local sustentável**. 2004.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. **Na terra das palmeiras**: gênero, trabalho e identidades no universo das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão. São Paulo: Paco Editorial, 2018.

BARROS, Ricardo Paes de et al. **A queda recente da desigualdade de renda no Brasil**. Brasília: IPEA, 2007.

CARRAZZA, Luís Roberto; ÁVILA, João Carlos Cruz; SILVA, Márcia Tereza Ramos de Oliveira. **Manual tecnológico de aproveitamento integral do fruto e da folha do babaçu**. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza, 2012.

CARVALHO, José Otávio. **Manejo sustentável de produtos florestais não madeireiros na Amazônia brasileira**. Belém: Embrapa, 2005.

CASELLI, F. D. T. R. et al. **Extrativismo, sustentabilidade e inclusão social das quebradeiras de babaçu no Meio Norte do Piauí**. Papers do NAEA, v. 27, n. 1, 2018.

DE COCO, Movimento Interestadual das Quebradeiras. **BABAÇU-MIQCB** [em linha]. fev. 2021.

COSTA FILHO, Odylo. Babaçu. **Jornal do Povo**. São Luís, 12/03/1953, s/p

GOUVEIA, V. M. **O mercado de amêndoas de babaçu no estado do Maranhão**. 2015.

ICMBIO, Presidência. **Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade**. 2010.

LIMA, M.; CASELLI, F.; SILVA, J. **Extrativismo do babaçu e organização produtiva no Maranhão**. 2015.

LORENZI, Harri. **Flora brasileira**: Arecaceae (palmeiras). Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2010.

MORIN, Edgar. **A via para o futuro da humanidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

OLIVEIRA, Valdiane da Cruz. **Extrativismo do babaçu**: trabalho, renda e inclusão social para as mulheres quebradeiras de coco babaçu em Codó MA. 2019.

PARREIRAS, Luiz Eduardo R. **Negócios solidários em cadeias produtivas**: protagonismo coletivo e desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: IBASE, 2007.

PORRO, Noemi Sakiara Miyasaka. **Ruptura e resistência**: relações de gênero e trajetórias de vida nos babaçuais do Brasil. Gainesville: University of Florida, 2002.

RÊGO, José Carlos; ANDRADE, Maristela de Paula. **Economia do babaçu no Maranhão**: estrutura produtiva e organização social. São Luís: EDUFMA, 2006.

REGO, J. L.; ANDRADE, M. de P. **História de mulheres**: breve comentário sobre o território e a identidade das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão. Agrária (São Paulo.

SANTOS, Carlos Alberto Andrade Serra dos; et al. **Proposta de modernização sustentável do modelo produtivo do farelo do coco babaçu de uma reserva agroextrativista do Maranhão**, Brasil. Research, Society and Development, v. 10, n. 4, p. e6610413830-e6610413830, 2021.

SIENA, Osmar et al. **Extrativismo vegetal e desenvolvimento sustentável em comunidades tradicionais brasileiras.** 2012.

SILVA, Lillian ES; MACIEL, Marinalva; POMPEU, Gisele. Protagonismo feminino no extrativismo amazônico e sustentabilidade: o caso da comunidade de São José do Rio Maniva (PA). **Revista Brasileira de Estudos de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 7, n. 3, p. 144-160, 2026.